

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais
e consolidadas

Em 30 de setembro de 2024

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Americanas S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, e as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Continuidade operacional e Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, essas informações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, considerando o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas que foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, nos quais foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano foram atendidas: (i) aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* (“DIP”) e de créditos detidos por credores; (ii) pagamento integral dos credores listados na classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. Em 26 de julho de 2024, a Companhia, concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II com a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. Em setembro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, destinada exclusivamente aos credores da Companhia, nos termos do Plano. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa, da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na Rubrica “Fornecedores”, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontram-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordo de colaboração de ex-executivos. Em 27 de junho de 2024, foi deflagrada a Operação Disclosure pela Polícia Federal, que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Essas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes referentes às cifras comparativas do trimestre findo em 30 de setembro de 2023, os quais foram originalmente base para abstenção de conclusão conforme nosso relatório emitido em 23 de fevereiro de 2024 sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, bem como em decorrência da adoção de nova política contábil referente ao CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Não fomos contratados para reemissão do relatório de revisão sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos a seguir descritos, que foram base de abstenção de conclusão, foram resolvidos em relação aos valores correspondentes do trimestre findo 30 de setembro de 2023:

- Os reflexos na continuidade operacional da Companhia e de suas controladas em decorrência da recuperação judicial em que até a data de conclusão de nossos trabalhos à época, não havia ocorrido a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), fato que ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) teve reconhecimento. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia vem divulgando as suas ações previstas no Plano até a presente data;
- O fato de a Administração ter preparado um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor de Recuperação de Ativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas na Nota Explicativa nº 1, às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas. Em detrimento a homologação do Plano e possuir informações econômicas, financeiras e estudos atualizados, reuniu condições de poder apresentar uma avaliação de valor recuperável de ativos em 2023;
- Conforme Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, desde 11 de janeiro de 2023 e em datas posteriores, a Companhia divulgou fatos relevantes comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, *forfait* ou *confirming*), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta, incluindo o exercício de 2022. O Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis (“Comitê Independente”), que até a conclusão dos trabalhos de 2022, a investigação independente não havia sido concluída, bem como demais aspectos relacionados à governança. A investigação independente foi concluída e o seu relatório entregue ao Conselho de Administração em 16 de julho de 2024;
- Os trabalhos de auditoria da controlada indireta AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. (“AME Digital”) ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que poderiam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas em 2022.




Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Revisamos também as Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RJ



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
ITR – Informações Trimestrais
30 de setembro de 2024

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Em milhões de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	883	1.681	969	1.758
Títulos e valores mobiliários	7	23	1.608	111	2.245
Contas a receber de clientes	8	1.293	2.371	1.339	2.380
Contas a receber - partes relacionadas	12	298	277	-	-
Estoques	9	2.411	1.969	2.461	2.028
Impostos a recuperar	10	1.208	900	1.323	1.149
Imposto de renda e contribuição social	11	179	435	206	467
Despesas antecipadas		96	71	97	78
Outros ativos circulantes		254	568	339	622
Ativos mantidos para venda	29	609	-	566	-
Total do ativo circulante		7.254	9.880	7.411	10.727
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	10	3.065	3.048	3.065	3.048
Imposto de renda e contribuição social	11	393	208	393	208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	8	4.809	12	4.821
Depósitos judiciais		713	623	716	630
Contas a receber - partes relacionadas	12	66	-	17	-
Outros ativos não circulantes		5	6	6	7
Investimentos	13	601	2.371	30	29
Imobilizado	14	2.096	2.314	2.135	2.381
Ativo de direito de uso	15	3.592	4.037	3.607	4.085
Intangível	16	847	890	1.114	1.179
Total do ativo não circulante		11.386	18.306	11.095	16.388
TOTAL DO ATIVO		18.640	28.186	18.506	27.115

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Em milhões de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	2.047	5.756	2.109	5.866
Risco sacado	18	-	15.908	-	15.908
Empréstimos e financiamentos	19	-	8.816	75	15.889
Debêntures	20	-	15.005	-	7.634
Contas a pagar - partes relacionadas	12	224	1.153	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		230	246	267	307
Contas a pagar - combinação de negócios		10	137	15	147
Tributos a recolher	21	725	1.328	743	1.355
Imposto de renda e contribuição social	11	-	-	15	16
Provisão para processos judiciais e contingências	22	-	57	-	57
Adiantamento recebido de clientes		66	34	78	303
Passivo de arrendamento	15	430	445	435	452
Outros passivos circulantes		358	1.219	429	1.341
Passivos associados a ativos mantidos para venda	29	-	-	200	-
Total do passivo circulante		4.090	50.104	4.366	49.275
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	17	356	-	360	-
Debêntures	20	1.640	-	1.640	-
Tributos a recolher	21	134	3	137	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	52	52
Provisão para processos judiciais e contingências	22	1.427	1.519	1.520	1.614
Contas a pagar – Partes relacionadas	12	53	-	-	-
Passivo de arrendamento	15	4.099	4.470	4.114	4.514
Provisão para perdas em investimentos	13	550	435	-	-
Plano de assistência médica		120	120	120	120
Outros passivos não circulantes		454	385	480	387
Total do passivo não circulante		8.833	6.932	8.423	6.690
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	39.891	15.430	39.891	15.430
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1	-	1
Reservas de capital		1	115	1	115
Outros resultados abrangentes		94	(1.260)	94	(1.260)
Prejuízos acumulados		(34.269)	(43.136)	(34.269)	(43.136)
Total do patrimônio líquido		5.717	(28.850)	5.717	(28.850)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.640	28.186	18.506	27.115

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS



Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhões de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Período de três meses findos em				Período de nove meses findos em			
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Controladora	Reapresentado	Consolidado	Reapresentado	Controladora	Reapresentado	Consolidado	Reapresentado
Receita operacional líquida	25	3.137	3.085	3.197	3.179	9.732	9.890	9.980	10.186
Custo das mercadorias e serviços vendidos	26	(2.146)	(2.138)	(2.164)	(2.231)	(6.516)	(7.119)	(6.650)	(7.449)
Lucro bruto		991	947	1.033	948	3.216	2.771	3.330	2.737
Receitas (despesas) operacionais									
Vendas	27	(831)	(925)	(859)	(944)	(2.459)	(2.819)	(2.518)	(2.849)
Gerais e administrativas	27	(496)	(420)	(508)	(430)	(1.413)	(1.752)	(1.482)	(1.832)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(450)	(195)	1	-	(1.178)	500	2	3
Outras receitas (despesas) operacionais	27	596	(185)	612	(190)	1.742	(268)	1.787	(270)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(190)	(778)	279	(616)	(92)	(1.568)	1.119	(2.211)
Receitas financeiras	28	22.827	37	15.249	(158)	23.933	575	16.370	1.808
Despesas financeiras	28	(8.208)	(876)	(1.090)	(847)	(10.229)	(3.687)	(3.851)	(4.275)
Resultado financeiro		14.619	(839)	14.159	(1.005)	13.704	(3.112)	12.519	(2.467)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		14.429	(1.617)	14.438	(1.621)	13.612	(4.680)	13.638	(4.678)
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	11	-	-	(10)	(2)	-	-	(26)	(10)
Diferidos	11	(4.187)	-	(4.186)	6	(4.801)	-	(4.801)	8
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas		10.242	(1.617)	10.242	(1.617)	8.811	(4.680)	8.811	(4.680)
Operações descontinuadas									
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações descontinuadas	29	37	(13)	37	(13)	56	(153)	56	(153)
Lucro líquido (prejuízo) do período		10.279	(1.630)	10.279	(1.630)	8.867	(4.833)	8.867	(4.833)
Lucro líquido (prejuízo) por ação - Operações continuadas									
Básico – em R\$	30	69,55	(179,16)			157,98	(518,55)		
Diluído – em R\$	30	53,22	(179,16)			124,00	(518,55)		
Lucro líquido (prejuízo) por ação do período									
Básico – em R\$	30	69,80	(180,60)			158,98	(535,50)		
Diluído – em R\$	30	53,41	(180,60)			124,79	(535,50)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)



	Controladora		Período de três meses findos em		Controladora		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.279	(1.630)	10.279	(1.630)	8.867	(4.833)	8.867	(4.833)
Outros resultados abrangentes								
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado subsequentemente								
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	(285)	-	(285)	-	188	-	188
Efeitos tributários decorrentes do <i>hedge</i>	-	97	-	97	-	(64)	-	(64)
Perda acumulada de instrumentos de <i>hedge</i>								
reclassificada para o resultado	1.349	-	1.349	-	1.349	-	1.349	-
Variação cambial de investida no exterior	-	2	-	2	5	1	5	1
	1.349	(186)	1.349	(186)	1.354	125	1.354	125
Total do resultado abrangente	11.628	(1.816)	11.628	(1.816)	10.221	(4.708)	10.221	(4.708)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)



	Controladora e Consolidado					
		Reserva de Capital				
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023 - Reapresentado	15.430	1	147	(1.384)	(40.864)	(26.670)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	124	-	124
Plano de opção de ações	-	-	(32)	-	-	(32)
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	1	-	1
Prejuízo do período	-	-	-	-	(4.833)	(4.833)
Saldos em 30 de setembro de 2023 – Reapresentado	15.430	1	115	(1.259)	(45.697)	(31.410)
Saldos em 01 de janeiro de 2024	15.430	1	115	(1.260)	(43.136)	(28.850)
Aumento de capital (nota 23)	24.461	-	-	-	-	24.461
Reversão da reserva do plano de opções	-	-	(114)	-	-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
Perda acumulada de instrumentos de <i>hedge</i> reclassificada para o resultado	-	-	-	1.349	-	1.349
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	5	-	5
Lucro líquido do período	-	-	-	-	8.867	8.867
Saldos em 30 de setembro de 2024	39.891	-	1	94	(34.269)	5.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações continuadas				
Lucro líquido (prejuízo) do período	8.811	(4.680)	8.811	(4.680)
Ajuste ao prejuízo do período de operações descontinuadas	56	(153)	56	(153)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do período				
Depreciação e amortização	751	754	773	872
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	11 4.801	-	4.827	-
Juros, variações monetárias e cambiais	(2.742)	1.776	(2.315)	348
Equivalência patrimonial	13 1.178	(500)	(2)	(3)
Constituição de provisão para contingências	551	-	581	-
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	(473)	-	(497)	-
Ajuste a valor presente de obrigações	17 (298)	-	(500)	-
Haircut	(13.119)	-	(13.119)	-
Outros	(227)	(645)	761	(166)
	(711)	(3.448)	(624)	(3.782)
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber	1.085	2.968	694	2.808
Estoques	(195)	1.535	(191)	1.561
Impostos a recuperar	249	567	240	508
Despesas antecipadas	(25)	(51)	(19)	(46)
Depósitos judiciais	(90)	(54)	(87)	(59)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	314	(896)	718	(856)
	1.338	4.069	1.355	3.916
Aumento(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.934)	(1.177)	(1.958)	(1.179)
Risco Sacado	(1.359)	-	(1.359)	-
Salários, encargos e contribuições sociais	(16)	39	(30)	30
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	(472)	(75)	(476)	(92)
Pagamento de contingências	(227)	-	(235)	-
Contas a receber/pagar empresas ligadas	(87)	(467)	(17)	4
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(883)	(457)	(1.004)	(930)
	(4.978)	(2.137)	(5.079)	(2.167)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(2)	(134)	(8)	(143)
Juros pagos sobre arrendamentos	15 (423)	(480)	(455)	(484)
Atividades operacionais – operações descontinuadas	-	-	(263)	274
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.776)	(2.130)	(5.074)	(2.386)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	1.585	645	1.621	1.575
Aquisição de imobilizado	14 (69)	(169)	(70)	(172)
Aquisição de intangível	16 (16)	(34)	(21)	(201)
Aumento de capital em controladas e coligadas	13 (5)	(514)	-	-
Atividade de investimento das operações descontinuadas	-	-	305	(269)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.495	(72)	1.835	933
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	3.502	3.080	3.502	3.347
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	(2.179)	(1.820)	(2.196)	(2.808)
Pagamento de passivo de arrendamento	15 (321)	(321)	(295)	(331)
Aumento de capital em dinheiro	1.481	-	1.481	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.483	939	2.492	208
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(798)	(1.263)	(747)	(1.245)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	6 1.681	2.413	1.758	2.477
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	6 883	1.150	969	1.227
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	-	-	42	5
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(798)	(1.263)	(747)	(1.245)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	11.237	11.584	11.591	11.947
Outras receitas	1.855	1.211	1.911	1.213
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	265	(543)	270	(545)
	<u>13.357</u>	<u>12.252</u>	<u>13.772</u>	<u>12.615</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(8.199)	(8.311)	(8.432)	(8.689)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.585)	(2.771)	(1.553)	(2.619)
Perda por <i>impairment</i>	-	(3)	-	(3)
	<u>(9.784)</u>	<u>(11.085)</u>	<u>(9.985)</u>	<u>(11.311)</u>
Valor adicionado bruto	<u>3.573</u>	<u>1.167</u>	<u>3.787</u>	<u>1.304</u>
Depreciação e amortização	(751)	(754)	(773)	(785)
Valor adicionado líquido produzido	<u>2.822</u>	<u>413</u>	<u>3.014</u>	<u>519</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.178)	500	2	3
Receitas financeiras	23.933	575	16.370	1.808
Valor adicionado total a distribuir	<u>25.577</u>	<u>1.488</u>	<u>19.386</u>	<u>2.330</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.103	1.120	1.204	1.278
Benefícios	96	180	109	198
FGTS	87	89	98	108
	<u>1.286</u>	<u>1.389</u>	<u>1.411</u>	<u>1.584</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.273	113	4.310	144
Estaduais	797	749	809	757
Municipais	71	80	75	87
	<u>5.141</u>	<u>942</u>	<u>5.194</u>	<u>988</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.229	3.687	3.851	4.275
Aluguéis	85	133	93	144
Outras	25	17	26	19
	<u>10.339</u>	<u>3.837</u>	<u>3.970</u>	<u>4.438</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido (prejuízo) do período	8.867	(4.833)	8.867	(4.833)
Resultado das operações descontinuadas	(56)	153	(56)	153
	<u>8.811</u>	<u>(4.680)</u>	<u>8.811</u>	<u>(4.680)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>25.577</u>	<u>1.488</u>	<u>19.386</u>	<u>2.330</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações trimestrais
Do período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Americanas S.A. – Em recuperação judicial (“Americanas” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo” ou “Grupo Americanas”) combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, *Express*, Hortifruti e Natural da Terra), franquias (*Imaginarium* e *Puket*) e publicidade (ads).

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 1.600 lojas próprias e *e-commerce*, com mais de 45 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30 mil colaboradores por trás de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado no trimestre passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial descrito a seguir.


Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. (“Ame Digital”). Adicionalmente, um contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A. foi assinado, pelo montante de R\$ 34 cujo recebimento está condicionado a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ainda sem prazo estipulado para tal aprovação. Em razão desta nova estratégia, os serviços de conta de pagamento, credenciadora e participante indireta de PIX, não serão mais oferecidos pela Ame Digital e Parati, que também deixa de ser uma plataforma autônoma de produtos e serviços financeiros. Essas controladas estão sendo apresentadas como ativo mantido para venda e operação descontinuada. Maiores detalhes na nota 29.

1.1 Plano de Recuperação Judicial

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” ou “Grupo Americanas”), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração (“Conselho”) aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.



Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ (“PSA”) com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluindo os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após extensas negociações entre a Companhia, seus então acionistas de referência (e atuais controladores) e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 (“AGC”), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atende aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial.

Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas.


Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado. Adicionalmente, a Companhia foi bloqueada para qualquer tipo de novas ações de capitalização de novos créditos.

O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê:

- (i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital (“Aumento de Capital Reestruturação”), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:
 - a. Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência (atuais acionistas controladores) e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* (“DIP”) existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024; e
 - b. Valor de até R\$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024.

Destaca-se que foi assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.

- (ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:
 - a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;
 - b. Credores Quirografários (Classe III):
 - (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;

- 
- (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que aceitaram receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;
- (iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2028;
- (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R\$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R\$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor entorno de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.
- No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024.
- (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em janeiro de 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
- (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
- (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;

- (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que foram emitidas em 16 de setembro de 2024 e
- (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.
- (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de janeiro de 2044, nos termos do Plano.
- (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e
- (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas (“Ativos Relevantes” inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co e Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou senior notes), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores. Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”).

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site “<https://ri.americanas.io/recuperacao-judicial/chapter-15/>”. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomou as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*, o que efetivamente ocorreu por meio de decisão proferida no dia 22 de julho de 2024, contra a qual não foram interpostos recursos.

Aumento de Capital

Em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do Plano, em 25 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital da Companhia, no montante total de R\$ 24.461 milhões, mediante a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$ 1,30 por ação.

Como vantagem adicional às Novas Ações subscritas, foi emitido um total de 6.271.972.262 bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações ("Bônus de Subscrição"), na proporção de 1 (um) bônus de subscrição para cada grupo de 3 (três) Novas Ações subscritas.

Posteriormente, em 26 de agosto de 2024, foi efetivado o grupamento das ações e bônus de subscrição da Companhia, na proporção de 100 para 1.

Reestruturação das dívidas

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024.

Em 26 de julho de 2024, a Companhia, concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II. Isso incluiu a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. As novas ações e debêntures já foram creditadas e estão disponíveis para visualização na B3 e na conta de custódia dos credores. A data é considerada como Data de Fechamento da Opção de Reestruturação II, conforme o plano de recuperação judicial aprovado.

Abaixo a síntese dos efeitos da reestruturação da dívida com os credores financeiros no trimestre findo em 30 de setembro de 2024:

	Consolidado
Empréstimos e financiamentos (i)	17.658
Debêntures	11.658
Risco sacado	15.908
Saldos em 30 de junho de 2024	45.224
<i>Haircut</i> de dívidas financeiras	(12.203)
Estorno contábil de juros	(4.005)
Aumento de capital reestruturação (ii)	(22.716)
<i>Créditos adquiridos via credores financeiros</i>	(12.007)
<i>Créditos adquiridos via acionistas de referência (atuais controladores) (iii)</i>	(10.709)
Pagamento dos créditos do leilão reverso	(2.037)
Recompra de créditos quirografários	(933)
Compensação de ativos bloqueados com credores financeiros	(1.510)
Dívidas convertidas na 22ª emissão de debêntures	(1.841)
22ª emissão de debêntures (iv)	1.867
Dívidas convertidas na opção I e opção geral	(114)
<i>Cash Sweep</i>	(278)
Atualização monetária pelo IPCA	265
Outras movimentações	(69)
Movimentação - Reestruturação das dívidas financeiras	(43.574)
Demais movimentações no período	65
Saldos em 30 de setembro de 2024	1.715
Empréstimos e financiamentos (i) (nota 19)	75
Debêntures (nota 20)	1.640

- (i) O saldo contábil inclui dívidas da Uni.co, que não é parte da Recuperação Judicial.
- (ii) Refere-se apenas à parcela do aporte de capital utilizada para abatimento da dívida.
- (iii) O valor total de aporte foi de R\$ 12.269, conforme nota 24, sendo que o valor utilizado para reestruturação das dívidas apresentadas acima foi de R\$ 10.709.
- (iv) O total da 22ª emissão passou para R\$ 1.640 devido ao juros provisionado do período e à parcela de *cash sweep* utilizada nessa dívida, conforme previsto no plano de recuperação judicial. Para mais detalhes sobre as debêntures, veja nota 20.

Alegação de Descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US\$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

1.2 Conclusão do Relatório da Investigação Independente e Apurações Internas


Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente (“Comitê Independente”), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê Independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda.

Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados novos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê Independente e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações (“Relatório”), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada (“VPC”) e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente realizou uma apresentação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024.

As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia. De acordo com tais evidências, o ex-Diretor Presidente, Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, e os ex-diretores estatutários da Companhia, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, bem como outros ex-executivos da Companhia participaram da fraude, em evidente violação aos seus deveres legais e estatutários.



Em paralelo ao trabalho do Comitê Independente, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integram os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê Independente e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho de Administração orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes – Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades, e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso.

Adicionalmente, conforme informado no referido Fato Relevante, o Conselho de Administração orientou que a Diretoria avaliasse as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia.


Nesse sentido, em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, a ser realizada em 11 de dezembro de 2024, para, dentre outros temas, deliberar sobre a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos Srs. Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, todas as medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores.

1.3 Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) não detectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época.

A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas.



Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os *stakeholders* e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de *compliance*, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras e nessas informações trimestrais da Companhia.

A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório confirmam que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo "*management override of controls*" pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e *Insider Trading*. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações e devem, em breve, adotar outras medidas. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários também instaurou dois inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia.

Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, bem como as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

Ainda como contramedidas, visando a fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou consultorias especializadas para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, *Information Technology General Controls* e *cyber* sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novas fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de *lives* com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outras. Destaque especial para a *live* específica conduzida pelo CEO da empresa terceirizada, responsável pelo Canal de Denúncias da Companhia, para reforçar o funcionamento do Canal e o fluxo de apuração, garantindo o anonimato, a imparcialidade e a independência do Canal.

2. Reapresentação das informações trimestrais

Após a apresentação das informações financeiras trimestrais dos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2023, identificou-se a necessidade de aprimoramentos nas divulgações, que requereram ajustes para correção de erros nas informações trimestrais divulgadas anteriormente, decorrentes dos efeitos da descontinuação das operações de *swap* (JSM e B2W Lux) e *hedge accounting*, em virtude da Tutela de Urgência Cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023.

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 30 de setembro de 2023	(31.188)	(31.188)
Ajuste	(222)	(222)
Patrimônio líquido reapresentado em 30 de setembro de 2023	(31.410)	(31.410)

Os reflexos desta reapresentação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa estão apresentados a seguir, além da reclassificação das operações descontinuadas do segmento de serviços financeiros:

Demonstrações do resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2023

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2023	Ajuste	Reclassificação Operação Descontinuada	30/09/2023	30/09/2023	Ajuste	Reclassificação Operação Descontinuada	30/09/2023
	Publicado			Reapresentado	Publicado			Reapresentado
Lucro bruto	947	-	-	947	1.030	-	(82)	948
Receitas (despesas) operacionais								
Vendas	(815)	(110)	-	(925)	(843)	(110)	9	(944)
Gerais e Administrativas	(530)	110	-	(420)	(621)	110	81	(430)
Resultado de equivalência patrimonial	(144)	(64)	13	(195)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(185)	-	-	(185)	(212)	-	22	(190)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(727)	(64)	13	(778)	(646)	-	30	(616)
Receitas financeiras	37	-	-	37	(105)	(35)	(18)	(158)
Despesas financeiras	(931)	55	-	(876)	(874)	26	1	(847)
Resultado financeiro	(894)	55	-	(839)	(979)	(9)	(17)	(1.005)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(1.621)	(9)	13	(1.617)	(1.625)	(9)	13	(1.621)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	4	-	-	4
Prejuízo do período das operações continuadas	(1.621)	(9)	13	(1.617)	(1.621)	(9)	13	(1.617)
Prejuízo do período das operações descontinuadas	-	-	(13)	(13)	-	-	(13)	(13)
Prejuízo do período	(1.621)	(9)	-	(1.630)	(1.621)	(9)	-	(1.630)

Demonstrações do resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2023	Ajuste	Reclassificação Operação Descontinuada	30/09/2023	30/09/2023	Ajuste	Reclassificação Operação Descontinuada	30/09/2023
	Publicado			Reapresentado	Publicado			Reapresentado
Lucro bruto	2.771	-	-	2.771	2.853	-	(116)	2.737
Receitas (despesas) operacionais								
Vendas	(2.442)	(377)	-	(2.819)	(2.570)	(377)	98	(2.849)
Gerais e Administrativas	(2.129)	377	-	(1.752)	(2.438)	377	229	(1.832)
Resultado de equivalência patrimonial	2.061	(1.714)	153	500	3	-	-	3
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(268)	-	-	(268)	(271)	-	1	(270)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(7)	(1.714)	153	(1.568)	(2.423)	-	212	(2.211)
Receitas financeiras	556	19	-	575	2.787	(912)	(67)	1.808
Despesas financeiras	(5.160)	1.473	-	(3.687)	(4.973)	690	8	(4.275)
Resultado financeiro	(4.604)	1.492	-	(3.112)	(2.186)	(222)	(59)	(2.467)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(4.611)	(222)	153	(4.680)	(4.609)	(222)	153	(4.678)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Prejuízo do período das operações continuadas	(4.611)	(222)	153	(4.680)	(4.611)	(222)	153	(4.680)
Prejuízo do período das operações descontinuadas	-	-	(153)	(153)	-	-	(153)	(153)
Prejuízo do período	(4.611)	(222)	-	(4.833)	(4.611)	(222)	-	(4.833)

Demonstrações do resultado abrangente do período de três meses findo em 30 de setembro de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2023	Ajuste	30/09/2023	30/09/2023	Ajuste	30/09/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Prejuízo do período	(1.621)	(9)	(1.630)	(1.621)	(9)	(1.630)
Outros resultados abrangentes	(186)	-	(186)	(186)	-	(186)
Total do resultado abrangente	(1.807)	(9)	(1.816)	(1.807)	(9)	(1.816)

Demonstrações do resultado abrangente do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2023	Ajuste	30/09/2023	30/09/2023	Ajuste	30/09/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Prejuízo do período	(4.611)	(222)	(4.833)	(4.611)	(222)	(4.833)
Outros resultados abrangentes	125	-	125	125	-	125
Total do resultado abrangente	(4.486)	(222)	(4.708)	(4.486)	(222)	(4.708)

Demonstrações do fluxo de caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2023	Ajustes	Reclassificação Operação Descontinuada	30/09/2023	30/09/2023	Ajustes	Reclassificação Operação Descontinuada	30/09/2023
	Publicado			Reapresentado	Publicado			Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Prejuízo do período	(4.611)	(222)	-	(4.833)	(4.611)	(222)	-	(4.833)
Ajustes ao prejuízo do período								
Depreciação e Amortização	754	-	-	754	872	-	-	872
Juros, variações monetárias e cambiais	3.268	(1.492)	-	1.776	126	222	-	348
Equivalência patrimonial	(2.061)	1.714	(153)	(500)	(3)	-	-	(3)
Outros	(798)	-	153	(645)	(290)	-	124	(166)
Prejuízo ajustado	(3.448)	-	-	(3.448)	(3.906)	-	124	(3.782)
Contas a receber	2.968	-	-	2.968	3.448	-	(640)	2.808
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(457)	-	-	(457)	(1.164)	-	242	(922)
Demais rubricas não afetadas	(1.193)	-	-	(1.193)	(764)	-	-	(764)
Atividades operacionais – operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	274	274
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.130)	-	-	(2.130)	(2.386)	-	-	(2.386)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Títulos e valores mobiliários	645	-	-	645	1.306	-	269	1.575
Demais rubricas não afetadas	(717)	-	-	(717)	(373)	-	-	(373)
Atividades de investimentos – operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(269)	(269)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimentos	(72)	-	-	(72)	933	-	-	933
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento								
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.263)	-	-	(1.263)	(1.245)	-	-	(1.245)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa nas operações continuadas	2.413	-	-	2.413	2.477	-	-	2.477
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	1.150	-	-	1.150	1.232	-	(5)	1.227
Aumento de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	5	5

Adoção do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Além do tema acima, com a adoção da revisão 1 do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia procedeu com a reapresentação da DVA entre componentes da riqueza criada (receita e insumos adquiridos de terceiros) sem afetar o valor adicionado líquido produzido pela companhia. As alterações introduzidas pelo CPC 09 (R1) que impactaram a DVA da Companhia foram:

- (a) Ajustes ao valor realizável líquido de estoques – deixam de ser apresentados como insumos adquiridos de terceiros e passam a ser divulgados como outras receitas.
- (b) Abertura da linha de “Perda e recuperação de valores ativos”.

Efeito da correção das informações comparativas mencionada anteriormente pelos *swaps*.

Efeitos dos referidos ajustes nas demonstrações do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

	Controladora				Consolidado				Ref
	30/09/2023	Ajustes	Reclassificação Operação descontinuada	30/09/2023	30/09/2023	Ajustes	Reclassificação Operação descontinuada	30/09/2023	
	Publicado			Reapresentado	Publicado			Reapresentado	
Receitas									
Vendas de Mercadorias e Serviços	11.584	-	-	11.584	12.076	(1)	(128)	11.947	
Outras Receitas / Despesas	1.004	207	-	1.211	1.005	208	-	1.213	(a)
Perdas (ganhos) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(272)	(271)	-	(543)	(290)	(271)	16	(545)	(a)
	12.316	(64)	-	12.252	12.791	(64)	(112)	12.615	
Insumos Adquiridos de Terceiros									
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(8.376)	65	-	(8.311)	(8.632)	65	(122)	(8.689)	(a)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.773)	2	-	(2.771)	(2.899)	2	278	(2.619)	(b)
Perda e recuperação de valores ativos	-	(3)	-	(3)	-	(3)	-	(3)	(b)
	(11.149)	64	-	(11.085)	(11.531)	64	156	(11.311)	
Valor Adicionado Bruto	1.167	-	-	1.167	1.260	-	44	1.304	
Depreciação e Amortização	(754)	-	-	(754)	(872)	-	87	(785)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	413	-	-	413	388	-	131	519	
Valor Adicionado Recebido em Transferência									
Resultado de equivalência patrimonial	2.061	(1.714)	153	500	3	-	-	3	(b)
Receitas financeiras	556	19	-	575	2.787	(912)	(67)	1.808	(b)
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.030	(1.695)	153	1.488	3.178	(912)	64	2.330	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal	1.389	-	-	1.389	1.647	-	(63)	1.584	
Impostos, Taxas e Contribuições	942	-	-	942	1.005	-	(17)	988	
Juros	5.160	(1.473)	-	3.687	4.973	(690)	(8)	4.275	(b)
Outras remunerações de capitais de terceiros	150	-	-	150	164	-	(1)	163	
Remuneração de Capitais de Terceiros	5.310	(1.473)	-	3.837	5.137	(690)	(9)	4.438	
Prejuízo do período	(4.611)	(222)	-	(4.833)	(4.611)	(222)	-	(4.833)	
Operações descontinuadas	-	-	153	153	-	-	153	153	
Remuneração de Capitais Próprios	(4.611)	(222)	153	(4.680)	(4.611)	(222)	153	(4.680)	
Distribuição do Valor Adicionado	3.030	(1.695)	153	1.488	3.178	(912)	64	2.330	

3. Políticas contábeis materiais

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócios que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Os ativos e os passivos diretamente associados que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na nota 29.

3.1 Base de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

As informações e notas explicativas não apresentadas nestas informações trimestrais, com relação às apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

- Detalhamento das políticas contábeis materiais;
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas; e
- Cobertura de seguros.

a. Autorização de emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de novembro de 2024.

b. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das informações trimestrais. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A IAS 34 não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

3.3 Adoção de normas novas e revisadas no período

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2024 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Informações Trimestrais, exceto quando informado abaixo.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

A Companhia adotou às alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) pela primeira vez no período corrente. As alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Passivo Não Circulante com Covenants

A Companhia adotou às alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) pela primeira vez no período corrente. As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

Alterações a IAS 7 (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 (CPC 03) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo acordos de financiamento de fornecedores não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- (i) Os termos e as condições dos acordos;
- (ii) O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;
- (iii) O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;
- (iv) As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores;
- (v) Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia adotará às alterações à IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) pela primeira vez nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as divulgações desta natureza a serem realizadas nas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

A Companhia adotou às alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) pela primeira vez no período corrente. As alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do IFRS 15 (CPC 47), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 (CPC 06) (R2)). Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e *leaseback* que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

Alterações no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado

Como principal impacto das alterações realizadas no pronunciamento, quaisquer perdas e/ou valores referentes a recuperação de ativos, que não sejam mensurados pelo IAS 36 (CPC 01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos devem ser classificados na rubrica de “outras receitas” no Grupo 1 de contas da DVA; e não como “perda e recuperação de valores ativos” no Grupo 2 de contas da DVA, como anteriormente requerido pela norma.

As demais alterações, em sua grande maioria, referem-se a (i) adequações pontuais de texto para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA e consistências com demais pronunciamentos emitidos nos últimos anos; (ii) inclusão de seções explicativas da origem e razões conceituais para elaboração e divulgação da DVA e seu histórico; e (iii) atualização de nomenclaturas do plano de contas dos modelos anexados ao CPC 09.

A Companhia efetuou a rerepresentação da Demonstração do Valor Adicionado devido à adoção das alterações na norma, conforme descrito na nota 2.

3.4 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas Informações Trimestrais, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as informações trimestrais da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Alteração à IAS 21 – Falta de conversibilidade.

Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG).

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas alterações.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de *hedge*;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação do “*de facto agent*”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção destas alterações.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais na demonstração de resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre medições não-contábeis utilizadas pela Companhia (como EBITDA, dívida líquida, entre outras); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18, que ainda necessitam de avaliação adicional pela Companhia da sua magnitude.

IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

4. Gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo detinha operações de *swaps*, dos quais foram descontinuados no exercício de 2023, para minimizar sua exposição a esses riscos. Com base no monitoramento realizado por seus diretores, e supervisionado pelo Conselho de Administração, é determinada quais as estratégias a serem adotadas e a contratação de *swaps* adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

(a) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

No trimestre findo em 30 de setembro de 2024 a Companhia emitiu debêntures para atender a necessidade de caixa dos eventos de liquidação previstos do Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries e em reais, no entanto, a terceira emissão possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização monetária expostas à variação cambial.

Análise de sensibilidade

		30/09/2024		Consolidado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2024 (i)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
USD	Debêntures	(29)	(156)	1	(37)	(76)
	Impacto no resultado	(29)	(156)	1	(37)	(76)
		(i) Premissas adotadas:	30/09/2024	Provável (i)	+25%	+50%
		USD	5,40	5,35	6,69	8,03

(i) Taxa anual estimada de juros em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco da taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar a necessidade de caixa para liquidação dos eventos do Plano de Recuperação Judicial previstos no trimestre findo em 30 de setembro de 2024, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI. A companhia descontinuou todas as operações de *swap*, e liquidou demais obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e risco sacado neste terceiro trimestre, passando a ficar com as suas dívidas atreladas ao CDI.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado			
		30/09/2024	Cenário I Provável 2024 (i)	Cenário II (+25%) (i)	Cenário III (+50%) (i)
CDI	Equivalentes de caixa	636	(11)	3	17
	Títulos e valores mobiliários	111	(2)	1	3
	Debêntures	(1.484)	26	(7)	(40)
	Empréstimos e financiamentos	(75)	1	-	(2)
	Impacto no resultado	(812)	14	(3)	(22)
(i) Premissas adotadas:		30/09/2024	Provável (i)	+25%	+50%
CDI		10,65	8,90	11,13	13,35

(j) Taxa anual estimada de juros em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, descontinuados no exercício de 2023, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato.

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 30 de setembro de 2024					
Fornecedores	2.109	47	219	94	2.469
Contas a pagar de combinação de negócio	15	-	-	-	15
Empréstimos e financiamentos	75	-	-	-	75
Arrendamentos a pagar	435	492	1.364	2.258	4.549
Debêntures	-	-	1.640	-	1.640

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida líquida/EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	Nível 2	1.293	2.371	1.339	2.380
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	364	277	17	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	Nível 2	636	1.454	636	1.454
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	23	1.608	111	2.245
Passivos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	2.403	5.756	2.469	5.866
Risco sacado	Nível 2	-	15.908	-	15.908
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	1.640	23.821	1.715	23.523
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	277	1.153	1	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	4.529	4.915	4.549	4.966
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Combinação de negócios - contas a pagar	Nível 2	10	30	15	40
Combinação de negócios - opção de compra	Nível 3	-	107	-	107

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Recursos em caixa e bancos	247	227	333	304
Certificados de Depósito Bancário - CDB's/Aplicações automáticas (i)	636	1.169	636	1.169
Letras Financeiras	-	285	-	285
	<u>883</u>	<u>1.681</u>	<u>969</u>	<u>1.758</u>

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 30 de setembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i)	22	55	110	351
Letras Financeiras	-	1.516	-	1.821
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC)	-	1	-	1
Cotas FIDC (demais carteiras)	-	-	-	2
Fundos de renda fixa (ii)	1	36	1	70
	<u>23</u>	<u>1.608</u>	<u>111</u>	<u>2.245</u>

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 30 de setembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante.
- (ii) Controladora e controladas aplicam em Fundos administrados por instituições financeiras de primeira linha, basicamente títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário, podendo ser negociados a qualquer momento.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Cartões de crédito (i)	1.112	1.731	1.117	1.972
Carteira digital	9	455	-	-
Fundo de Investimento – FIDC	-	-	-	68
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	45	119	45	169
Contas a receber – Serviços	5	10	10	19
Demais contas a receber	147	82	206	195
	<u>1.318</u>	<u>2.397</u>	<u>1.378</u>	<u>2.423</u>
Provisão de perda de crédito estimada	(25)	(26)	(39)	(43)
	<u>1.293</u>	<u>2.371</u>	<u>1.339</u>	<u>2.380</u>

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
A vencer	1.292	2.353	1.334	2.356
Vencidos:				
até 30 dias	8	5	9	10
31 a 60 dias	5	2	5	3
61 a 90 dias	3	3	3	3
91 a 120 dias	1	2	1	2
121 a 180 dias	-	6	-	6
mais de 180 dias	9	26	26	43
	<u>1.318</u>	<u>2.397</u>	<u>1.378</u>	<u>2.423</u>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	(26)	(19)	(43)	(28)
Adições	(1)	(1)	(4)	(8)
Reversões	2	12	2	10
Reclassificação para mantido para venda	-	-	6	-
Saldo final em 30 de setembro	(25)	(8)	(39)	(26)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	2.789	2.577	2.844	2.636
Suprimentos e embalagens	58	60	58	60
Mercadoria de terceiros	11	26	11	26
Provisão para perdas	(255)	(328)	(259)	(328)
Provisão para obsolescência	(192)	(366)	(193)	(366)
	<u>2.411</u>	<u>1.969</u>	<u>2.461</u>	<u>2.028</u>

A movimentação das provisões para perdas e obsolescência no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	(694)	(1.057)	(694)	(1.057)
Adições	(4)	(506)	(9)	(507)
Reversões	251	779	251	779
Saldo final em 30 de setembro	<u>(447)</u>	<u>(784)</u>	<u>(452)</u>	<u>(785)</u>

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.225	1.591	2.239	1.605
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	114	82	120	125
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.909	2.259	2.000	2.441
Outros	25	16	29	26
	<u>4.273</u>	<u>3.948</u>	<u>4.388</u>	<u>4.197</u>
Parcela do circulante	1.208	900	1.323	1.149
Parcela do não circulante	3.065	3.048	3.065	3.048

11. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	556	627	574	646
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	16	16	25	29
	<u>572</u>	<u>643</u>	<u>599</u>	<u>675</u>
Parcela do circulante	179	435	206	467
Parcela do não circulante	393	208	393	208
Passivo circulante				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	11	11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	4	5
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>16</u>

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas do imposto de renda e contribuição social

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Resultado do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	14.429	(1.617)	14.438	(1.621)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	<u>(4.906)</u>	<u>550</u>	<u>(4.909)</u>	<u>551</u>
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social				
Equivalência patrimonial	(153)	(66)	-	-
Prejuízos fiscais não reconhecidos	-	(484)	-	(484)
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	866	-	866	-
Despesas Inedutíveis	6	-	6	(63)
Outras	-	-	(159)	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social (b)	<u>(4.187)</u>	<u>-</u>	<u>(4.196)</u>	<u>4</u>
Corrente	-	-	(10)	(2)
Diferido	<u>(4.187)</u>	<u>-</u>	<u>(4.186)</u>	<u>6</u>
Alíquota efetiva (b/a)	<u>29%</u>	<u>0%</u>	<u>29%</u>	<u>0%</u>
	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Resultado do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	13.612	(4.680)	13.638	(4.678)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	<u>(4.628)</u>	<u>1.591</u>	<u>(4.637)</u>	<u>1.591</u>
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social				
Equivalência patrimonial	(401)	170	1	1
Prejuízos fiscais não reconhecidos	-	(1.680)	-	(1.680)
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	165	-	165	-
Despesas inedutíveis	63	(81)	63	(81)
Outras	-	-	(419)	167
Despesa de imposto de renda e contribuição social (b)	<u>(4.801)</u>	<u>-</u>	<u>(4.827)</u>	<u>(2)</u>
Corrente	-	-	(26)	(10)
Diferido	<u>(4.801)</u>	<u>-</u>	<u>(4.801)</u>	<u>8</u>
Alíquota efetiva (b/a)	<u>35%</u>	<u>0%</u>	<u>35%</u>	<u>0%</u>

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	Aumento/(Redução)			Aumento/(Redução)		
	31/12/2023	No Resultado	30/09/2024	31/12/2023	No Resultado	30/09/2024
Provisionamento <i>Haircut</i> Recuperação Judicial	4.415	(4.415)	-	4.415	(4.415)	-
Provisionamento do Programa autorregularização	205	(205)	-	208	(208)	-
Transação Tributária	189	(181)	8	189	(181)	8
Ajuste a valor justo de ativos - Grupo Uni.co	-	-	-	(52)	-	(52)
Prejuízo fiscal/base negativa - Grupo Uni.co	-	-	-	8	-	8
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	514	(12)	502	527	(11)	516
Provisão para perda de estoques e contas a receber	713	(409)	304	922	(390)	532
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	209	29	238	209	29	238
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	-	64	64	-	64
Provisão para <i>impairment</i>	516	(41)	475	516	(41)	475
Outras adições	1	-	1	5	(1)	4
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(1.545)	642	(903)	(1.760)	571	(1.189)
Total ativo (passivo) fiscal diferido	<u>5.281</u>	<u>(4.592)</u>	<u>689</u>	<u>5.251</u>	<u>(4.647)</u>	<u>604</u>
Créditos extemporâneos	-	-	-	(10)	10	-
Ajuste a valor presente	3	(279)	(276)	3	(242)	(239)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(231)	45	(186)	(231)	45	(186)
Variação cambial de empréstimos	(106)	24	(82)	(106)	24	(82)
Outras exclusões	(138)	1	(137)	(138)	1	(137)
Total (passivo) fiscal diferido	<u>(472)</u>	<u>(209)</u>	<u>(681)</u>	<u>(482)</u>	<u>(162)</u>	<u>(644)</u>
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	<u>4.809</u>	<u>(4.801)</u>	<u>8</u>	<u>4.769</u>	<u>(4.809)</u>	<u>(40)</u>

12. Transações com partes relacionadas

	A receber (a pagar)		Receitas (despesas)	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023
<u>Partes Relacionadas:</u>	74	69	(587)	(180)
Ame Digital (i)	(102)	(138)	(8)	(180)
BIT Services (ii)	19	20	(84)	-
Click Rodo (iii)	178	163	(234)	-
ST Importações / QSM Distribuidora (iv)	(40)	-	(261)	-
Demais Contas a Receber	19	24	-	-
Partes Relacionadas - QGC - Subsidiárias no Brasil (v)				
Ame Digital	(752)	(752)	(855)	-
AVP – Ame Digital	747	-	(747)	-
Click Rodo	(113)	(113)	-	-
AVP – Click Rodo	112	-	(112)	-
ST Importações – a pagar	(80)	(80)	-	-
AVP – ST Importações - a pagar	80	-	(80)	-
ST Importações – a receber	84	-	-	-
AVP – ST Importações - a receber	(84)	-	84	-
Partes Relacionadas - QGC - Subsidiárias no Exterior (v)				
JSM Global – Contas a Pagar	(3.458)	(3.863)	-	-
AVP – JSM Global - Contas a Pagar	3.435	-	(3.435)	-
JSM Global – Contas a Receber	3.601	-	-	-
AVP – JSM Global - Contas a Receber	(3.576)	-	3.576	-
B2W Lux – Contas a Pagar	(3.219)	(3.581)	-	-
AVP – B2W Lux - Contas a Pagar	3.197	-	(3.197)	-
B2W Lux – Contas a Receber	3.388	-	-	-
AVP – B2W Lux - Contas a Receber	(3.365)	-	3.365	-
Partes Relacionadas - QGC - Acionistas Controladores				
Acionistas controladores - a pagar	(178)	(1.667)	-	-
AVP – Créditos acionistas controladores	177	-	(177)	-
Acionistas controladores - a Receber	17	-	-	-
Ativo Circulante – Controladora				
Ativo Não Circulante – Controladora	298	277	-	-
Passivo Circulante – Controladora	66	-	-	-
Passivo Não Circulante – Controladora	(224)	(1.153)	-	-
Passivo Não Circulante – Controladora	(53)	-	-	-

(i) Os valores de contas a receber/(pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas.

(ii) Essa transação referem-se a reembolso de despesas da BIT com a controladora.

(iii) As transações com a Click referem-se a despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolso de despesas compartilhadas.

(iv) Os saldos referem-se a compra de mercadorias da controladora com as controladas ST Importações Ltda e QSM Distribuidora e Logística.

(v) Transações referentes a credores *intercompany* que tiveram seus créditos novados para quitação em parcela única em 2059, sem incidência de correção monetária.

13. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	ORA	Transferência para provisão de perdas	Aporte Capital	Reclassificado para mantido para venda	Outros	Saldos em 30/09/2024
Submarino Finance	91	3	-	-	-	-	-	-	94
ST Importações	108	17	-	-	-	-	-	-	125
Ame Holding	1.291	2	-	-	-	-	(609)	(684)	-
Louise Holdings Global	72	-	9	-	-	-	-	-	81
Uni.co S.A.	198	(7)	1	-	-	-	-	-	192
Americanas Local	29	(31)	-	-	-	-	-	2	-
B2W Lux	189	(460)	-	269	2	-	-	-	-
JSM Global	280	(587)	-	306	1	-	-	-	-
B2W Rental	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Freijó Administração e Participações	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Digital Finance	14	-	-	-	-	-	-	-	14
Extrafruti	9	2	-	-	-	-	-	(1)	10
QSM Distribuidora e Logística	38	(3)	-	-	-	-	-	-	35
BWU Comércio e Entretenimento	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Americanas Lux	-	(1)	-	-	1	-	-	-	-
Outros	22	(2)	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos	2.371	(1.067)	10	575	4	-	(609)	(683)	601
Skoob	(3)	(2)	-	-	-	5	-	-	-
Americanas Lux	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Klanil Services	(37)	-	(5)	-	-	-	-	-	(42)
Bit Services	(24)	10	-	-	-	-	-	-	(14)
Click - Rodo Entregas Ltda	(140)	(99)	-	-	-	-	-	-	(239)
Super Now	(62)	(15)	-	-	-	-	-	-	(77)
B2W Lux	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
JSM Global	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Mesa- express	(169)	(5)	-	-	-	-	-	-	(174)
Total de provisão para perdas em investimentos	(435)	(111)	(5)	-	(4)	5	-	-	(550)

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	ORA	Aportes de capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão para perdas	Outros	Saldo em 30/09/2023
Ame Holding.	837	(3)	-	513	-	-	(153)	1.194
VEM Conveniência	583	2	-	-	-	-	-	585
Uni.co S.A.	159	(14)	-	-	-	-	-	145
ST Importações	102	2	-	-	-	-	-	104
B2W Lux	-	-	-	-	-	15	-	15
JSM Global	-	-	-	-	-	64	-	64
Submarino Finance	85	4	-	-	-	-	-	89
Louise Holdings	78	-	-	-	(3)	-	-	75
BWU Comércio e Entretenimento	45	-	-	-	-	-	-	45
Digital Finance	12	1	-	-	-	-	-	13
Extrafruti	9	2	-	-	-	-	(1)	10
Freijó Administração e Participações	3	-	-	-	-	-	-	3
Bit Services	3	2	-	-	-	-	-	5
Skoob	1	-	-	-	-	-	-	1
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	-	10	-	10
Outros	26	-	-	-	-	-	-	26
Total de investimentos	1.943	(4)	-	513	(3)	89	(154)	2.384
B2W Lux	(272)	283	4	-	-	(15)	-	-
JSM Global	(307)	368	1	-	-	(64)	-	(2)
Mesa Express	(171)	(20)	-	-	-	-	-	(191)
Klanil Services	(40)	-	-	-	2	-	-	(38)
Click – Rodo Entregas Ltda	(40)	(105)	-	-	-	-	(3)	(148)
QSM Distribuidora e Logística	(3)	13	-	-	-	(10)	-	-
Super Now	(1)	(33)	-	1	-	-	-	(33)
Skoob	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Total de provisão para perdas em investimentos	(834)	504	5	1	2	(89)	(3)	(414)

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo:

(i) B2W Digital Lux S.À.R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

(ii) JSM Global S.À.R.L. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

(iii) Uni.co S.A. (controlada direta)

O Grupo Uni.co S.A., do qual 70% do capital social foi adquirido em julho de 2021, atua em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas *Puket*, *Imaginarium*, *MinD* e *LoveBrands*. Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, pelo exercício pela Companhia da opção de compra existente no contrato de compra e venda assinado em 2021.

(iv) Americanas Local S.A. - anteriormente denominada como Vem Conveniência S.A. (controlada direta)

A Americanas Local, anteriormente denominada como Vem Conveniência, foi formada em 31 de janeiro de 2022 para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo através das redes de lojas Local. A Companhia tomou a decisão de descontinuar a operação devido ao modelo de negócio não se alinhar mais ao plano de negócios da Companhia.

14. Imobilizado

(a) Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Controladora			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	
				Total	
Terrenos e edificações	4%	218	(71)	(6)	141
Instalações e móveis e utensílios	10%	955	(705)	(28)	222
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.064	(1.373)	(310)	381
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.149	(1.777)	(47)	1.325
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	7	(6)	-	1
Outros	10%	22	(14)	-	8
Total		6.433	(3.946)	(391)	2.096

	Taxa anual de depreciação	Controladora			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	
				Total	
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	10%	949	(651)	(28)	270
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.109	(1.412)	(310)	387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.118	(1.603)	(47)	1.468
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	11	(10)	-	1
Outros	10%	57	(29)	-	28
Total		6.474	(3.769)	(391)	2.314

	Taxa anual de depreciação	Consolidado			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
					30/09/2024
Terrenos e edificações	4%	218	(71)	(6)	141
Instalações e móveis e utensílios	10%	972	(714)	(28)	230
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.085	(1.439)	(310)	336
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.212	(1.779)	(47)	1.386
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	32	(22)	-	10
Outros	10%	57	(43)	-	14
Total		6.594	(4.068)	(391)	2.135

	Taxa anual de depreciação	Consolidado			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
					31/12/2023
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	10%	969	(660)	(28)	281
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.205	(1.474)	(310)	421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.142	(1.613)	(47)	1.482
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	12	(11)	-	1
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.650	(3.878)	(391)	2.381

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota 15 – Imobilizado das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 123 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

No consolidado, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2024, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados totalizam o montante de R\$ 6 (R\$ 6 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023).

(b) Movimentação do imobilizado no período

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	2.314	2.898	2.381	2.953
Adições	69	169	70	172
Baixas	(4)	(98)	(16)	(100)
Depreciação	(283)	(214)	(296)	(228)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	-	2	-	2
Reclassificação para mantido para venda	-	-	(4)	-
Saldo final em 30 de setembro	2.096	2.757	2.135	2.799

15. Ativos e passivos de arrendamento

(a) Direito de uso de imóveis

	30/09/2024		Controladora 31/12/2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Direito de uso de imóveis	6.824	(3.232)	3.592	4.037
	<u>6.824</u>	<u>(3.232)</u>	<u>3.592</u>	<u>4.037</u>
			Consolidado	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Direito de uso de imóveis	6.887	(3.280)	3.607	4.085
	<u>6.887</u>	<u>(3.280)</u>	<u>3.607</u>	<u>4.085</u>

A movimentação do direito de uso de imóveis no período é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	4.037	5.301	4.085	5.359
Adições	70	23	72	23
Baixas	(141)	(652)	(175)	(666)
Remensurações	35	(16)	36	(15)
Depreciação	(409)	(454)	(411)	(467)
Saldo final em 30 de setembro	<u>3.592</u>	<u>4.202</u>	<u>3.607</u>	<u>4.234</u>

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Arrendamentos a pagar	8.093	8.980	8.116	9.039
Juros a apropriar	(3.564)	(4.065)	(3.567)	(4.073)
	<u>4.529</u>	<u>4.915</u>	<u>4.549</u>	<u>4.966</u>
Parcela do circulante	430	445	435	452
Parcela do não circulante	4.099	4.470	4.114	4.514

A movimentação do passivo de arrendamento no período é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	4.915	6.068	4.966	6.128
Adições	73	23	75	23
Baixas	(174)	(655)	(233)	(667)
Pagamentos	(744)	(801)	(750)	(815)
Juros apropriados	423	480	455	484
Remensurações	36	(14)	36	(15)
Saldo final em 30 de setembro	<u>4.529</u>	<u>5.101</u>	<u>4.549</u>	<u>5.138</u>

16. Intangível

(a) Composição do intangível

		Controladora			
		30/09/2024			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	não aplicável	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.484	(4.018)	(2.423)	43
Marcas e patentes	não aplicável	646	-	(1)	645
Outros	8% a 20%	73	(67)	(6)	-
Total		9.349	(4.139)	(4.363)	847

		Controladora			
		31/12/2023			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	não aplicável	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.471	(3.963)	(2.423)	85
Marcas e patentes	não aplicável	646	-	(1)	645
Outros	8% a 20%	72	(65)	(6)	1
Total		9.335	(4.082)	(4.363)	890

		Consolidado			
		30/09/2024			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	não aplicável	3.204	(63)	(2.880)	261
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.559	(4.072)	(2.445)	42
Marcas e patentes	não aplicável	856	(5)	(76)	775
Outros	8% a 20%	126	(84)	(6)	36
Total		10.745	(4.224)	(5.407)	1.114

		Consolidado			
		31/12/2023			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	não aplicável	3.234	(63)	(2.895)	276
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.627	(4.095)	(2.445)	87
Marcas e patentes	não aplicável	857	(5)	(76)	776
Outros	8% a 20%	126	(80)	(6)	40
Total		10.844	(4.243)	(5.422)	1.179

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota 16 – Intangível das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2024.

(b) Movimentação do intangível no período

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	890	1.214	1.179	1.527
Adições	16	34	21	201
Baixas	-	(26)	(5)	(90)
Reclassificação para mantido para venda	-	-	(15)	-
Amortização	(59)	(86)	(66)	(177)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	-	7	-	7
Saldo final em 30 de setembro	847	1.143	1.114	1.468

(c) Ágios

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*). Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura. Não houve alteração nos saldos por unidade geradora de caixa com relação aos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	1.938	845	2.006	859
Acordos comerciais (i)	(46)	(543)	(47)	(543)
Fornecedores da recuperação judicial (ii)	726	5.454	726	5.550
Ajuste a valor presente – recuperação judicial (ii)	(215)	-	(216)	-
	2.403	5.756	2.469	5.866
Parcela do circulante	2.047	5.756	2.109	5.866
Parcela do não circulante	356	-	360	-

(i) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

(ii) Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação judicial:

Categoria dos fornecedores	Consolidado
	30/09/2024
Opção de reestruturação I	11
Credores fornecedores colaboradores	538
Créditos fornecedores de tecnologia	99
Opção default	78
	726
Ajuste a valor presente	(216)
	510
Parcela do circulante	150
Parcela do não circulante	360

18. Risco sacado

Em decorrência da continuidade do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia liquidou, no trimestre findo em 30 de setembro de 2024, R\$ 15.908 relacionados aos convênios com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuíam a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes. Não houve novas operações no período.

19. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição de empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	-	8.579	75	8.748
Em moeda estrangeira	-	237	-	7.141
Total	-	8.816	75	15.889

(b) Movimentação de empréstimos e financiamentos no período

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.816	9.366	15.889	17.386
Captação	-	1.512	-	1.779
Amortização de principal	-	(1.611)	(17)	(2.599)
Pagamento de juros	-	(118)	(6)	(127)
Mensuração a valor justo	-	-	-	(317)
Encargos financeiros	546	849	615	(572)
Variação cambial	44	-	1.148	-
Custos de transação	18	29	89	39
Reestruturação da dívida (i)	(9.424)	-	(17.643)	-
Saldo final em 30 de setembro (ii)	-	10.027	75	15.589

- (i) Dando continuidade à execução do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia liquidou suas dívidas financeiras no 3º trimestre de 2024. O detalhe das movimentações dos credores financeiros estão apresentadas na nota 1.1.
- (ii) O saldo restante no consolidado refere-se ao empréstimo da Uni.co, que não fez parte do Plano de Recuperação Judicial.

20. Debêntures

(a) Composição de debêntures

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
14ª Emissão – Lame A4	-	593	-	593
15ª Emissão – Lame A5	-	589	-	589
16ª Emissão – Lame A6	-	4.254	-	392
5ª Emissão pública	-	4.126	-	545
17ª Emissão – Lame A7	-	2.501	-	2.501
18ª Emissão – Lame A8	-	1.170	-	1.170
19ª Emissão – DIP (1ª tranche)	-	1.150	-	1.150
19ª Emissão – DIP (2ª tranche)	-	517	-	517
2ª Emissão – Hortifruti	-	225	-	225
22ª Emissão AMER	1.640	-	1.640	-
Custo com captações (IOF e outras)	-	(120)	-	(48)
Total	1.640	15.005	1.640	7.634
Parcela do circulante	-	15.005	-	7.634
Parcela do não circulante	1.640	-	1.640	-

Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, pública, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimentos entre 2028 e 2029. O valor total da emissão foi de R\$ 1.638, realizadas em três séries, sendo a primeira e segunda séries com juros de 128% do CDI e a terceira série com variação cambial, acrescida de 8,35% de juros ao ano.

A escritura da 22ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas usuais para este tipo de emissão, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida, conforme detalhado na escritura pública destas debêntures; entretanto, não existem cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros nestas debêntures.

(b) Movimentação de debêntures no período

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	15.005	11.658	7.634	5.363
Captação	3.502	1.568	3.502	1.568
Amortização de principal	(24)	(209)	(24)	(209)
Pagamento de juros	(2)	(16)	(2)	(16)
Mensuração do valor justo	-	(846)	-	-
Encargos financeiros	1.017	1.891	543	164
Custo com captações	10	19	10	11
Reestruturação da dívida (i)	(17.868)	-	(10.023)	-
Saldo final em 30 de setembro	<u>1.640</u>	<u>14.065</u>	<u>1.640</u>	<u>6.881</u>

(i) Dando continuidade na execução do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia procedeu a reestruturação da sua dívida financeira nesse 3º trimestre de 2024. O detalhe das movimentações dos credores financeiros está apresentado na nota 1.1.

21. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	650	686	658	694
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	184	613	184	614
Imposto sobre Serviços (ISS)	11	13	14	21
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	5	8	5	14
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	9	5	12	7
Outros	-	6	7	8
	<u>859</u>	<u>1.331</u>	<u>880</u>	<u>1.358</u>
Parcela do circulante	725	1.328	743	1.355
Parcela do não circulante	134	3	137	3

22. Provisão para processos judiciais e passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, conflitos cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas pendentes, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais.

Em função da Recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto o saldo será refletido todo no longo prazo.

(a) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Fiscais	979	1.072	1.033	1.133
Trabalhistas	224	232	262	266
Cíveis	41	23	42	23
Imobiliário	183	249	183	249
	<u>1.427</u>	<u>1.576</u>	<u>1.520</u>	<u>1.671</u>
Parcela do circulante	-	57	-	57
Parcela do não circulante	1.427	1.519	1.520	1.614

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo estão representados por processos decorrentes:

- (i) de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial;
- (ii) do aproveitamento de crédito referente à inconstitucional majoração do percentual de 1% do ICMS, entre os anos de 1990 e 1997, promovida pelo Estado de São Paulo;
- (iii) da diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de lojas físicas;
- (iv) da exigência de imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica, decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ, e;
- (v) do recolhimento a menor de ICMS-ST em desacordo com o previsto no Regime Especial estabelecido entre a Companhia e o Estado de MG.

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Imobiliário

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente demandas Renovatórias e Revisionais de contratos de locação, bem como, ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(b) Passivos contingentes não provisionados

O Grupo possuía demandas administrativas e judiciais, com prognóstico possível de perda, no montante aproximado em 30 de setembro de 2024 de R\$9.263 (R\$ 11.418 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$9.641 no consolidado (R\$ 11.903 em 31 de dezembro de 2023). As principais variações ocorridas no período decorrem, basicamente, de atualizações monetárias, adições de novos processos, baixas e mudanças de prognósticos de processos existentes, os quais estão em conformidade com os critérios e com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos.

Requerimento de Instauração de Arbitragem

Em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de arbitragem iniciada por uma associação com o valor da causa de R\$ 32.000, sendo que os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência (e atuais acionistas controladores) indenização no valor de R\$ 12.000. Em paralelo, os requerentes também pedem, na qualidade de substitutos processuais da Americanas, indenização em favor da própria Companhia no valor de R\$ 20.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizarem a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. A arbitragem está em fase administrativa. Aguarda-se a constituição do Tribunal Arbitral e decisão da presidência da CAM-B3 sobre eventual consolidação desses procedimentos arbitrais. Os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos, porém a chance de perda atual é considerada, no mérito, como possível.

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 15.457 em 31 de dezembro de 2023), representado por 200.241.909 ações ordinárias (902.529.503 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023, antes do grupamento de ações ocorrido em julho de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal. A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações de 100 ações para 1 ação, a partir do dia 26 de agosto de 2024. Adicionalmente, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado, que passou a ser de 435.084.497 ações ordinárias.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2023).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	30/09/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores ⁽ⁱ⁾	100.122.512	50,00%	272.167.492	30,16%
Outros acionistas ("free floating")	100.119.323	50,00%	630.354.595	69,84%
Total de ações em circulação	200.241.835	100%	902.522.087	100%
Ações em tesouraria	74		7.416	
Total de ações ordinárias	200.241.909		902.529.503	

(i) Composto pelas participações de Sawdog Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC, BRC SARL, Carlos Alberto da Veiga Sicupira e Cathos Holding.

A movimentação do capital social no período é conforme segue:

	Ações ordinárias	Saldo contábil
Em 1º de janeiro de 2024 ⁽ⁱ⁾	902.529.503	15.430
Aumento de capital de 25 de julho de 2024 ⁽ⁱⁱ⁾	18.815.921.100	24.461
Subtotal antes do grupamento de ações	19.718.450.603	39.891
Grupamento de ações em 26 de agosto de 2024 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(19.521.266.097)	-
Exercício de bônus de subscrição de ações ^(iv)	3.057.403	-
Em 30 de setembro de 2024 ⁽ⁱ⁾	200.241.909	39.891

- (i) Saldo líquido dos custos de emissão de ações de R\$ 27.
- (ii) Aumento de capital aprovado no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia ao preço de R\$ 1,30 por ação.
- (iii) Grupamento de 100 ações para 1 do capital social.
- (iv) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição desde 27 de agosto até 30 de setembro de 2024, ao preço de R\$ 0,01 por ação.

Abaixo, apresentamos a composição do aumento de capital que ocorreu em 25 de julho de 2024:

Descrição	Valor
Dinheiro acionistas de referência (i)	1.469
Dívidas com acionistas de referência (ii)	10.800
Dívidas com credores (iii)	12.180
Dinheiro outros acionistas (iv)	12
Total	24.461

- (i) Refere-se ao depósito realizado pelos acionistas de referência ao caixa da companhia.
- (ii) Refere-se a parte do capital aportado pelos acionistas de referência que foram convertidos em ações. Desses, R\$ 10.709 está relacionado ao processo de reestruturação da dívida, no qual R\$ 5.605 foram repassados diretamente aos credores e R\$ 5.104 são referentes ao financiamento DIP, conforme apresentado na nota 1.1. Os R\$ 91 são oriundos das dívidas de cartão de crédito e outras avenças, que também foram repassados diretamente aos credores pelos acionistas de referência.
- (iii) Refere-se a parte do capital aportado pelos credores financeiros que foram convertidos em ações, sendo R\$ 12.007 oriundos do processo de reestruturação da dívida conforme apresentado na nota 1.1, e R\$ 173 oriundos das dívidas de cartão de crédito e outras avenças.
- (iv) Refere-se ao depósito realizado pelos demais acionistas ao caixa da companhia

(b) Bônus de subscrição

Em reunião do Conselho de Administração em 25 de julho de 2024, foi aprovada a concessão de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações do capital social da Companhia, na proporção de 1 bônus para cada 3 novas ações integralizadas no aumento de capital ocorrido nessa mesma data. Os Bônus de subscrição poderão ser exercidos a qualquer momento entre a data da conclusão do aumento de capital e 19 de março de 2027, pelo valor de R\$ 0,01 por ação. Abaixo apresentamos os bônus de subscrição concedidos por categoria de subscritores do capital social (já considerando também o grupamento realizado em agosto de 2024):

Acionistas controladores	31.458.345
Antigos credores financeiros	31.229.991
Outros acionistas	31.386
Quantidade de bônus de subscrição concedidos em 25 de julho	62.719.722
Quantidade de bônus de subscrição exercidos até 30 de setembro	(3.057.403)
Quantidade de bônus de subscrição exercíveis	59.662.319

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente, em caso de lucro no exercício, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social.

24. Pagamento baseado em ações

A Companhia, a partir do exercício de 2023, em função da decretação da Recuperação Judicial, não ofertou nenhum novo Plano de Ações aos seus executivos e empregados.

Para os contratos existentes, a Companhia reverteu no primeiro trimestre de 2024 o saldo de R\$ 114 da reserva de capital – Plano de Opção de Ações e assumiu um passivo com os beneficiários detentores desses planos a vencer. A reversão da reserva e a constituição do passivo tem como base a homologação do Plano de Recuperação Judicial ocorrida em 27 de fevereiro de 2024.

As ações que seriam criadas e outorgadas aos beneficiários dos Planos, quando do vencimento dos respectivos contratos se atendidas todas as cláusulas previstas, para a concessão do benefício, não mais serão criadas. O valor das ações que os beneficiários têm direito serão pagas a estes nas datas dos vencimentos dos Planos, da seguinte forma:

- Para os Planos em aberto emitidos a partir de exercício de 2018 a 2022, pela cotação de mercado das ações do dia em que ocorrer o pagamento;
- Para o Plano de 2022 cujas ações foram subscritas e não foram emitidas, pelo valor disponibilizado pelo beneficiário na época, deduzido de *haircut* de 93%, com atualização da Taxa Referencial de Juros (TR) até a data do pagamento.

Até o período findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia reverteu, no resultado do período a importância de R\$ 32, na controladora e no consolidado, correspondentes aos custos de remuneração dos executivos provenientes dos planos de outorga de ações, em contrapartida à reserva de capital. A reversão teve como base o não atendimento, em alguns contratos de executivos beneficiários dos planos, de cláusulas contratuais previstas nos referidos contratos.

25. Receita de vendas e serviços

	Período de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receita bruta de vendas de mercadorias	4.033	4.006	4.151	4.125
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(399)	(389)	(402)	(391)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(496)	(529)	(551)	(552)
Outros	(1)	(3)	(1)	(3)
Receita líquida	3.137	3.085	3.197	3.179

	Período de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receita bruta de vendas	12.555	12.731	12.915	13.101
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(1.318)	(1.147)	(1.324)	(1.154)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(1.502)	(1.685)	(1.607)	(1.752)
Outros	(3)	(9)	(4)	(9)
Receita líquida	9.732	9.890	9.980	10.186

26. Custo das mercadorias e serviços vendidos

	Período de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Mercadorias revendidas	(2.145)	(2.128)	(2.101)	(2.189)
Custo dos serviços prestados	(1)	(10)	(63)	(42)
	(2.146)	(2.138)	(2.164)	(2.231)

	Período de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Mercadorias revendidas	(6.513)	(7.102)	(6.459)	(7.272)
Custo dos serviços prestados	(3)	(17)	(191)	(177)
	(6.516)	(7.119)	(6.650)	(7.449)

27. Despesa por natureza

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Despesas com pessoal	(541)	(558)	(554)	(569)
Despesas com serviços prestados	(399)	(412)	(402)	(413)
Outras	(124)	(142)	(144)	(144)
	<u>(1.064)</u>	<u>(1.112)</u>	<u>(1.100)</u>	<u>(1.126)</u>
Depreciação e amortização	(263)	(233)	(267)	(248)
Total Despesas com vendas, gerais e administrativas	<u>(1.327)</u>	<u>(1.345)</u>	<u>(1.367)</u>	<u>(1.374)</u>
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(831)	(925)	(859)	(944)
Despesas gerais e administrativas	(496)	(420)	(508)	(430)
	<u>(1.327)</u>	<u>(1.345)</u>	<u>(1.367)</u>	<u>(1.374)</u>
Outras receitas e (despesas) operacionais	596	(185)	612	(190)
	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Despesas com pessoal	(1.537)	(1.727)	(1.591)	(1.772)
Despesas com serviços prestados	(1.176)	(1.427)	(1.187)	(1.393)
Outras	(408)	(677)	(455)	(738)
	<u>(3.121)</u>	<u>(3.831)</u>	<u>(3.233)</u>	<u>(3.903)</u>
Depreciação e amortização	(751)	(740)	(767)	(778)
Total Despesas com vendas, gerais e administrativas	<u>(3.872)</u>	<u>(4.571)</u>	<u>(4.000)</u>	<u>(4.681)</u>
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(2.459)	(2.819)	(2.518)	(2.849)
Despesas gerais e administrativas	(1.413)	(1.752)	(1.482)	(1.832)
	<u>(3.872)</u>	<u>(4.571)</u>	<u>(4.000)</u>	<u>(4.681)</u>
Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	1.742	(268)	1.787	(270)

(i) Em 2024, foram reconhecidos: R\$ 911 referentes ao *haircut* de fornecedores nos termos do Plano de Recuperação Judicial; R\$ 286 referentes ao Programa de Autoregularização da Receita Federal; e R\$ 502 referentes à reversão da provisão de créditos fiscais de ICMS do estado do Rio de Janeiro.

28. Resultado financeiro

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários	3.878	36	3.118	(168)
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	10	(3)	10	2
Ajuste a valor presente de fornecedores	7.095	-	274	-
<i>Haircut</i> de credores financeiros	11.840	-	11.840	-
Outras receitas financeiras	4	4	7	8
Total das receitas financeiras	<u>22.827</u>	<u>37</u>	<u>15.249</u>	<u>(158)</u>
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(381)	(682)	(281)	(667)
Encargos de arrendamento	(137)	(153)	(137)	(155)
Ajuste a valor presente	(7.023)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(667)	(41)	(672)	(25)
Total das despesas financeiras	<u>(8.208)</u>	<u>(876)</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(847)</u>
Resultado financeiro	<u>14.619</u>	<u>(839)</u>	<u>14.159</u>	<u>(1.005)</u>

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários	4.362	562	3.612	1.777
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	17	8	17	12
<i>Haircut</i> de credores financeiros	12.208	-	12.208	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	7.321	-	500	-
Outras receitas financeiras	25	5	33	19
Total das receitas financeiras	23.933	575	16.370	1.808
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(1.983)	(3.027)	(2.585)	(3.624)
Encargos de arrendamento	(423)	(480)	(455)	(484)
Ajuste a valor presente	(7.023)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(800)	(180)	(811)	(167)
Total das despesas financeiras	(10.229)	(3.687)	(3.851)	(4.275)
Resultado financeiro	13.704	(3.112)	12.519	(2.467)

29. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia iniciou o processo de venda da Ame Digital conforme previsto no plano de recuperação judicial; a estratégia foi realizada para gerar fluxo de caixa para a expansão dos outros negócios do Grupo. Além disso a Companhia está no processo de venda da Parati, cujo processo está em aprovação BACEN, Como estas empresas representavam a totalidade das operações do segmento de serviços financeiros, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas nestas informações trimestrais como operações descontinuadas.

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado
	30/09/2024
Caixa e equivalentes de caixa	79
Títulos e valores mobiliários	208
Contas a receber	84
Impostos a recuperar	90
Impostos de renda e contribuição social	63
Imobilizado	4
Intangível	15
Outros ativos	23
Total de ativos classificados como mantidos para venda	566
Contas a pagar a fornecedores	10
Salários, provisões e contribuições sociais	8
Adiantamento recebido de clientes	98
Provisões de contingências	1
Passivo fiscal	21
Outros passivos	62
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	200

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídos no resultado do período

	Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30/09/2024	30/09/2023
Receitas	145	107
Custos	(3)	9
Despesas	(110)	(328)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	32	(212)
Resultado financeiro líquido	39	59
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	71	(153)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15)	-
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas	56	(153)

(c) Impactos das operações descontinuadas para os fluxos de caixa consolidados

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2024	30/09/2023
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(263)	274
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	305	(269)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-	-
Variação do caixa e equivalentes de caixa no período	42	5

30. Resultado por ação

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30 de setembro de 2024	30 de setembro de 2023	30 de setembro de 2024	30 de setembro de 2023
		Reapresentado		Reapresentado
Numerador – básico e diluído				
Lucro líquido (prejuízo) do período - operações continuadas	10.242	(1.617)	8.811	(4.680)
Prejuízo do período - operações descontinuadas	37	(13)	56	(153)
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.279	(1.630)	8.867	(4.833)
Denominado - básico				
Média ponderada de ações em circulação	147.257.772	9.025.221	55.772.956	9.025.221
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação – em R\$				
Operações continuadas	69,55	(179,16)	157,98	(518,55)
Operações descontinuadas	0,25	(1,44)	1,00	(16,95)
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação do período	69,80	(180,60)	158,98	(535,50)
Denominador - diluído				
Média ponderada do número de ações em circulação	147.257.772	9.025.221	55.772.956	9.025.221
Efeito das ações potenciais dilutivas (bônus de subscrição)	45.185.944	-	15.281.065	-
Denominador diluído	192.443.716	9.025.221	71.054.021	9.025.221
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação – em R\$				
Operações continuadas	53,22	(179,16)	124,00	(518,55)
Operações descontinuadas	0,19	(1,44)	0,79	(16,95)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação do período	53,41	(180,60)	124,79	(535,50)

O denominador dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 foi ajustado para refletir o grupamento de ações da Companhia, realizado em agosto de 2024.

O resultado por ação diluído considera o potencial efeito do exercício dos bônus de subscrição emitidos em 25 de julho de 2024 pelos detentores desses bônus.

31. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Período de três meses findos em:				Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Benefício de curto prazo à administradores	31	11	36	17	48	41	57	51
	<u>31</u>	<u>11</u>	<u>36</u>	<u>17</u>	<u>48</u>	<u>41</u>	<u>57</u>	<u>51</u>

A remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária para o ano de 2024 que é de R\$ 77.

32. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

Varejo: A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas lojas físicas, de produtos de sua preferência pagos nos caixas ("PDVs") das lojas. A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas plataformas digitais.

Fresh Foods: especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas lojas, sites, apps e WhatsApp, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

Varejo Premium: Pelo Grupo Uni.co S.A., especializado em franquias, comercializando e distribuindo produtos em todo o território nacional, atua por meio de uma estratégia *omnichannel* com uma rede de franquias, clientes multimarcas e canais digitais.

A atividade de serviços financeiros foi descontinuada no período atual. As informações por segmento apresentadas a seguir não incluem nenhum valor relacionado a essas operações descontinuadas, que estão descritas mais detalhadamente na nota 29.

A Administração, na figura do CEO (*Chief Executive Officer*) como o principal gestor das operações, monitora os segmentos do Grupo conforme abaixo:

	Período de três meses findo em 30/09/2024				
	Varejo	Fresh Foods	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	2.993	442	38	(276)	3.197
Intersegmento	276	-	-	(276)	-
Clientes externos	2.717	442	38	-	3.197
Custo das mercadorias e serviços	(2.102)	(291)	(18)	249	(2.162)
Lucro bruto	891	151	20	(27)	1.035
Vendas	(652)	(136)	(8)	(63)	(859)
Gerais e administrativas (i)	(325)	5	(11)	90	(241)
Outras despesas operacionais líquidas	552	61	(1)	-	612
EBITDA das operações continuadas	466	81	-	-	547
Depreciação e amortização (ii)					(269)
Resultado de equivalência patrimonial					1
Resultado financeiro					14.159
Imposto de renda e contribuição social					(4.196)
Lucro do período de operações continuadas					10.242
Lucro do período das operações descontinuadas					37
Lucro do Período					10.279

	Período de nove meses findo em 30/09/2024				
	Varejo	Fresh Foods	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	9.075	1.359	125	(579)	9.980
Intersegmento	579	-	-	(579)	-
Clientes externos	8.496	1.359	125	-	9.980
Custo das mercadorias e serviços (i)	(6.211)	(872)	(54)	493	(6.644)
Lucro bruto	2.864	487	71	(86)	3.336
Vendas	(2.075)	(416)	(28)	1	(2.518)
Gerais e administrativas (ii)	(731)	(35)	(34)	85	(715)
Outras despesas operacionais líquidas	1.717	67	3	-	1.787
EBITDA das operações continuadas	1.775	103	12	(0)	1.890
Depreciação e amortização (i) (ii)					(773)
Resultado de equivalência patrimonial					2
Resultado financeiro					12.519
Imposto de renda e contribuição social					(4.827)
Lucro do período das operações continuadas					8.811
Lucro do período das operações descontinuadas					56
Lucro do Período					8.867

- (i) O valor de R\$ 6 referente a depreciação das empresas de transportes (*Click*, *Courriers Transportes*, *Eco Logística*, *Ecolivery*/*Courriers*) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e
- (ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

	Período de três meses findo em 30/09/2023				
	Varejo	Fresh Foods	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
					Reapresentado
Receita operacional líquida	2.852	444	45	(162)	3.179
Intersegmento	162	-	-	(162)	-
Clientes externos	2.690	444	45	-	3.179
Custo das mercadorias e serviços	(2.030)	(268)	(20)	87	(2.231)
Lucro bruto	822	176	25	(75)	948
Vendas	(836)	(124)	(9)	25	(944)
Gerais e administrativas	(177)	(43)	(12)	50	(182)
Outras despesas operacionais líquidas	(197)	7	-	-	(190)
EBITDA das operações continuadas	(388)	16	4	-	(368)
Depreciação e amortização					(248)
Resultado de equivalência patrimonial					-
Resultado financeiro					(1.005)
Imposto de renda e contribuição social					4
Prejuízo do período das operações descontinuadas					(1.617)
Prejuízo das operações continuadas					(13)
Prejuízo do período					(1.630)

	Período de nove meses findo em 30/09/2023				
	Varejo	Fresh Foods	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
					Reapresentado
Receita operacional líquida	9.149	1.359	145	(467)	10.186
Intersegmento	467	-	-	(467)	-
Clientes externos	8.682	1.359	145	-	10.186
Custo das mercadorias e serviços	(6.800)	(835)	(67)	253	(7.449)
Lucro bruto	2.349	524	78	(214)	2.737
Vendas	(2.450)	(421)	(32)	54	(2.849)
Gerais e administrativas	(1.118)	(61)	(35)	160	(1.054)
Outras despesas operacionais líquidas	(266)	(4)	-	-	(270)
EBITDA das operações continuadas	(1.485)	38	11	-	(1.436)
Depreciação e amortização					(778)
Resultado de equivalência patrimonial					3
Resultado financeiro					(2.467)
Imposto de renda e contribuição social					(2)
Prejuízo do período					(4.680)
Prejuízo das operações continuadas					(153)
Prejuízo do período					(4.833)

* * *